

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org

site: www.lestu.com.br

Livraria: www.lestu.org

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****Governador do Estado do Piauí**

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

**INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ – INTERPI****Diretor-Geral**

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Diretor Administrativo e Financeiro

Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Diretor de Gestão Estratégica Fundiária

Vinicius Sales Oliveira Coelho

Diretora de Gestão Fundiária de Interesse Social

Clarecinda de Araújo Moura Jesuíno Teixeira

Diretor de Operações

Leonel Brito Lima

Diretor de Povos e Comunidades Tradicionais

Saullo Lopes Amorim Alves da Silva

Diretor de Sistemas e Inteligência Geoespacial

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

4

AGRICULTURA FAMILIAR: A PRODUÇÃO DA SUBSISTÊNCIA NO PIAUÍ (1900-1980)

Family farming: subsistence production in Piauí (1900-1980)

Agricultura familiar: la producción de subsistencia en Piauí (1900-1980)

Gabrielly Lima de Oliveira¹
Alcebíades Costa Filho²

RESUMO

A agricultura familiar é uma atividade de produção agropecuária caracterizada pela gestão direta familiar. Com caráter rural essa atividade, cultivo de roça, encontra-se interligada a criação de animais de terreiro e venda de víveres. A roça que desempenha o papel de sustentar a família. As atividades são organizadas e desenvolvidas pela família, objetivando subsistir, esses fatores distinguem a agricultura familiar do grande cultivo comercial, com fim lucrativo. Contudo, no Piauí, a historiografia tem enfatizado a pecuária que recebe sempre o maior destaque. Essa ideia acaba por colocar a agricultura familiar no esquecimento, o que implica menos atenção dos órgãos da administração pública. A metodologia empregada teve como principal objetivo identificar e evidenciar a agricultura familiar no estado do Piauí, através das Mensagens de Governo enviadas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. O trabalho, portanto, permitiu a aproximação de uma história quase que silenciada e importante para compreender aspectos da sociedade piauiense.

Palavras-Chaves: Piauí; Produção de subsistência; Agricultura familiar; Visibilidade da produção.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí. Bolsista PIBIC-UESPI 2024/2025. E-mail: gabrielly.l.de.oliveira@aluno.uespi.br

² Professor da Universidade Estadual do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão. Orientador do PIBIC-UESPI 2024/2025. E-mail: alcebiades@cchl.uespi.br

ABSTRACT

Family farming is an agricultural production activity characterized by direct family management. This rural activity, crop cultivation, is linked to raising farm animals and selling foodstuffs. The farm plays the role of sustaining the family. The activities are organized and developed by the family, with the aim of subsistence, and these factors distinguish family farming from large-scale commercial farming, which is profit-oriented. However, in Piauí, historiography has emphasized livestock farming, which always receives the most attention. This idea ends up relegating family farming to oblivion, which means less attention from public administration bodies. The main objective of the methodology employed was to identify and highlight family farming in the state of Piauí through the Government Messages sent by the Executive Branch to the Legislative Branch. The work, therefore, allowed for the approximation of an almost silenced history that is important for understanding aspects of Piauí society.

Keywords: Piauí; Subsistence production; Family farming; Production visibility.

RESUMEN

La agricultura familiar es una actividad de producción agrícola y ganadera caracterizada por la gestión directa de la familia. De carácter rural, esta actividad, el cultivo de la tierra, está relacionada con la cría de animales de corral y la venta de víveres. El cultivo desempeña el papel de sustentar a la familia. Las actividades son organizadas y desarrolladas por la familia con el objetivo de subsistir, factores que distinguen a la agricultura familiar del gran cultivo comercial con fines lucrativos. Sin embargo, en Piauí, la historiografía ha enfatizado la ganadería, que siempre recibe mayor destaque. Esta idea termina por relegar a la agricultura familiar al olvido, lo que implica menos atención por parte de los órganos de la administración pública. La metodología empleada tuvo como objetivo principal identificar y poner de relieve la agricultura familiar en el estado de Piauí, a través de los mensajes del Gobierno enviados por el Poder Ejecutivo al Poder Legislativo. El trabajo, por lo tanto, permitió acercarse a una historia casi silenciada e importante para comprender aspectos de la sociedad de Piauí.

Palabras clave: Piauí; Producción de subsistencia; Agricultura familiar; Visibilidad de la producción.

1 INTRODUÇÃO

Vários pesquisadores destacam que, do Período Colonial até meados do século XX, a pecuária bovina foi a principal fonte de riquezas da

economia piauiense e, também, responsável pela produção de alimentos. Os animais serviam também como meio de transporte e como força motriz para diversas atividades. Afirmam a significativa contribuição da pecuária para o crescimento e melhoria das condições socioeconômicas do Piauí (Knox, 1986), Abreu (1976), Castelo Branco (1970).

Contudo, outros pesquisadores relativizam o impacto dessa atividade na sociedade. Contrariando a historiográfica prevalecente, que consagrou o argumento da pecuária como base da formação socioeconômica e cultural do Piauí, é possível afirmar que, a partir do final do século XVII a pecuária entrou em crise e perdeu a posição de centralidade na economia piauiense, ainda que os donos de rebanho permanecessem o grupo social de maior destaque na sociedade.

A crise da pecuária piauiense é um estado de desordem contínua, que se manifesta de diversas formas em diferentes momentos. É possível apontar como principal característica da crise, a falta de dinamismo, que implicou na estagnação, na falta de iniciativas, na resistência às mudanças, o que prejudicou o crescimento e a eficiência dos rebanhos, perdendo mercados para outras regiões criadoras do Brasil.

O estudo, portanto, debruça-se sobre fontes documentais, as mensagens governamentais, do Poder Executivo, enviadas à Assembleia Legislativa do Piauí, para observar o papel da agricultura familiar, ao longo das primeiras oito décadas dos séculos XX (1900-1980). Essencial para a sobrevivência das famílias, a agricultura familiar forneceu a maioria dos produtos que chegaram à mesa dos piauienses, garantindo segurança alimentar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vale destacar algumas noções que contribuem para a compreensão da importância da agricultura familiar em perspectiva histórica. Seguimos a orientação do “Dicionário da Terra” da professora Márcia Motta:

A agricultura familiar também se apresenta como categoria analítica e conceitual. Sob essa perspectiva, é uma forma, entre tantas outras, de organização e gestão das relações de produção e trabalho, cujo eixo fundamental está referenciado à dinâmica da constituição da

família (composição e ciclo de vida). Perde-se no tempo e no espaço e engloba a pressuposta agricultura de subsistência (isto é, de orientação do uso de fatores de produção por referências marginais aos princípios de mercado), a economia camponesa (modo de produzir orientado por objetivos e valores construídos pela vida familiar – historicamente datada porque articulada à presença do Estado, da cidade e da sociabilidade comunal). Essas formas de integração se objetivam norteadas por valores outros que não apenas o encapsulamento da gestão por princípios de mercado. Os produtores de subsistência e os camponeses coexistem no tempo e no espaço social com agricultores orientados pelas condições de articulação com o mercado (os especializados ou policultores mercantis), também qualificados como agricultores familiares modernos. Para efeito de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de referenciar de forma abstrata a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas e de tipos econômicos, a agricultura familiar corresponde formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referência racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre as famílias de produtores, e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor quanto no consumidor.

Como a capacidade e as condições de trabalho são articuladas a partir das relações familiares, deve-se levar em consideração a diferenciação de gênero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar. Os trabalhadores familiares não podem ser peremptoriamente dispensados, porque, em geral, também são filhos. Eles devem ser alocados segundo ritmos, intensidades e fases do processo produtivo. São então sustentados nas situações de não trabalho e integrados segundo proje-

tos possíveis para constituição e expansão do patrimônio familiar, para inclusão de novas gerações, conforme as alternativas de sucessão ou de negação da posição. Essas alternativas são assim interdependentes da avaliação da posição e das viabilidades de reprodução da categoria socioeconômica (Motta, 2005, p. 23-26).

É necessário compreender que no contexto desse artigo a agricultura familiar é compreendida para além de política pública e política social, é uma atividade de produção agropecuária caracterizada pela gestão direta da família. Com caráter de subsistência e à participação da mão de obra familiar, a agricultura familiar distingue-se de grandes produções comerciais. Contudo, essa produção foi responsável por movimentar um incipiente comércio de gêneros alimentícios, abastecendo o mercado interno de gêneros alimentícios. Como cultivo é uma prática muito antiga. No Brasil, antes da invasão dos portugueses, já era uma atividade das comunidades indígenas, que cultivavam alimentos, e continuou ao longo do tempo, até nossos dias, agora modificada em muitos dos seus aspectos históricos.

Outro aspecto relacionado à agricultura familiar é entender a roça como principal unidade de produção de alimentos, equivale a uma propriedade, ainda que a terra cultivada seja propriedade de terceiro. O trecho seguinte discute o sentido da palavra.

A palavra roça é tida como um brasileirismo, sendo o responsável por seu cultivo o lavrador ou o roceiro, também denominado caipira, capiau, matuto, tabaréu ou vazanteiro, designações que eram com frequência adotadas no sentido pejorativo, no intuito de acentuar as diferenças entre “à civilização das grandes cidades e a simplicidade dos homens do campo”, tomados como pessoas acomodadas e grosseiras (Oliveira, 2015, p. 758)

Além de espaço produtivo, a roça constitui um lugar de memória e identidade, onde se preservam saberes tradicionais transmitidos entre

gerações, como o uso de ferramentas manuais, o manejo do solo e as práticas de mutirão. Tal estigma linguístico contribuiu historicamente para a desvalorização simbólica e econômica da roça, apesar de sua relevância para a autonomia alimentar e para a reprodução social das famílias e comunidades rurais. Mandioca, milho, feijão, arroz e cana de açúcar são produtos básicos da produção familiar que vive da roça (IBGE, 1959).

Espaços rurais são racionalmente aproveitados para cultivos, como os arredores das casas, os terreiros e quintais:

Embora seja um espaço no qual as agricultoras fazem o “dinheiro pequeno” ou de onde obtêm rendas não-monetárias que asseguram maiores níveis de autonomia alimentar para a família, o arredor de casa raramente é percebido e valorizado por sua importância econômica, tornando-se vulnerável em face da pressão exercida pela necessidade de terras para o plantio dos roçados. (Freire et al; 2005, p. 21)

Embora considerados sem importância econômica, a produção de terreiros e quintais serve tanto como alimento como renda não monetária, renda obtida na forma de bens e serviços que não envolvem uma transação de dinheiro. Nos terreiros e quintais, se desenvolve a criação de animais (principalmente porcos e galinhas) e o cultivo de hortas com plantas para o consumo, como vegetais, ervas medicinais, temperos e frutas. Assim, se estabelece um ciclo produtivo diário, que integra trabalho, sustento e geração de renda, configurando um sistema econômico caracterizado pelas atividades de subsistência e o trabalho familiar.

Como base para a fundamentação teórica foram consultados Carlos Rodrigues Brandão (2007, 2014), José Graziano da Silva (1997), o “Dicionário do campo” organizado por Roseli S. Caldart (2012) e “Dicionário da terra” organizado por Márcia Motta (2005). Essas obras foram fundamentais para melhor entendimento de conceitos como: roça, agricultura familiar, lavrador, comunidade, ruralidade, entre outros. Apesar da importância social das atividades de subsistência, é interessante registrar que merecem cuidado, novos modelos agropecuários ameaçam sua existência.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa teve como objetivo evidenciar a agricultura familiar no estado do Piauí, em perspectiva histórica, olhando para o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Para alcançar esse objetivo, centrou-se na análise documental, com base em fontes históricas pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí-APPI. O levantamento inicial abrangeu todas as mensagens disponíveis no intervalo de 1900 a 1980. Após a verificação do estado físico e a integridade do conteúdo, obteve-se um corpus de 38 mensagens. A ausência de exemplares referentes a determinados anos é em decorrência de documentos lacrados ou deteriorados pelo tempo. Essas lacunas, embora desafiadoras, não invalidam a pesquisa.

As mensagens de governo trata-se de documentos do chefe do Poder Executivo, enviados à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura do ano legislativo, para informar sobre os fatos da administração pública além de prestar contas sobre os resultados do que foi planejado no ano anterior, também, expõe o plano de governo para o ano administrativo que se inicia.

Para iniciar a pesquisa, elaborou-se um roteiro a ser seguido: identificar o conteúdo, ou seja, localizar as menções à agricultura de acordo com cada caderno de mensagem. Os documentos foram organizados por décadas: 1900–1920; 1930–1940; 1950–1970; 1970–1980, os dados foram organizados em quadros com os seguintes dados: nome do governador, ano da mensagem, resumo do conteúdo e contexto econômico, agricultura familiar. Em seguida procedeu-se à análise dos quadros.

Essa forma de organização, busca destacar não apenas os dados quantitativos, mas também os contextos e sentidos atribuídos, favorecendo uma compreensão mais ampla sobre a maneira como a agricultura era representada e discutida nas fontes. A contextualização histórica das mensagens está relacionada a momentos de evolução da atividade agrícola e aos ventos sociopolíticos, globais e nacionais, destacamos as crises relativas a seca e os seguintes eventos políticos, Era Vargas e Ditadura Militar, por último a Revolução Verde, que muda os rumos da atividade agrícola.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A maior parcela da população piauiense, sem relação direta com o manejo do gado, viveu da agricultura, lavoura de alimentos, também, da criação de pequenos animais (animais de terreiro), da utilização de recursos da natureza em benefício próprio, do beneficiamento de produtos primários (grãos, legumes, frutas). Essa modalidade agrícola de caráter rural, está relacionada à produção agropecuária em propriedades rurais, com a gestão e o trabalho realizado primordialmente pelos membros de uma mesma família. Embora essa modalidade de trabalho tenha convivido com outras.

Em quaisquer das situações, os trabalhadores familiares não podem (ou não devem) ser peremptoriamente dispensados (tal como ocorre com o assalariamento da força de trabalho), porque geralmente são também filhos ou agregados, herdeiros do patrimônio por direitos formais e morais. [...] eles são alocados segundo ritmos, intensidades e fases do processo produtivo compatíveis com os padrões de definição dos ciclos de vida (meninos, jovens e adultos distintos segundo relações de gênero, sempre situacionais) (Caldart, 2012, p. 35-36).

De acordo com a afirmação acima, pode-se perceber a importância de cada membro da família no desenvolvimento da agricultura familiar. No caso do Piauí, essa atividade encontra-se interligada à criação de animais de terreiro, a utilização de recursos da natureza e a venda de víveres e outros produtos de primeira necessidade, como forma de manter uma pequena renda extra. Contudo, a agricultura não foi a atividade valorizada, não recebeu a atenção dos órgãos governamentais, nem recebeu investimentos.

Consultando o acervo das Mensagens de Governo, percebe-se que, entre 1900 a 1920, a agricultura aparece de modo muito tímido, a necessidade de modernizar o setor agrícola e os problemas que atingiram a lavoura são as ideias dominantes nos documentos. Nesse período, muitas informações sobre a borracha que, de longe, por mais de uma década, permaneceu o principal gênero de exportação piauiense, à frente

do gado e seus subprodutos e também do algodão (Martins, 2003, p. 60).

Dos problemas que afetam diretamente a pequena área cultivada, apontam a precariedade do solo e a seca, está causada pela falta de chuvas. Da leitura do acervo documental, a impressão de que o cultivo é algo natural, realizada a semeadura, o solo faz o trabalho restante. Contudo, Furtado (2007, p. 122 e 163) observa toda uma prática de cultivo, a limpeza do solo, por meio de queimadas, utilizadas como forma de preparar o terreno para o plantio. Essa técnica é altamente condenada por enfraquecer o solo e limitar a produção. Esse fator rebate, portanto, a ideia de que o solo “trabalha sozinho”, evidenciando que o cultivo depende de condições naturais e do esforço humano para se manter.

A partir dos anos 1930, período conhecido como Era Vargas, a agricultura familiar foi fragilizada pela crescente centralidade da industrialização no cenário nacional, conforme indicam as mensagens do governo. Observa-se também, da parte do Estado, o descaso com os agricultores e a ausência de políticas sobre a atividade agrícola. Nesse período nota-se a intensificação dos problemas relacionados à gestão e demarcação de terras. O planejado desenvolvimento dos anos de 1920 não se efetivou.

No relatório do interventor Leônidas Melo, em 1940, aponta investimentos no Departamento Agrícola e maquinário, como indícios de modernizar a agricultura. No entanto, em 1948, na administração José da Rocha Furtado, as mensagens apontam que a maior parcela dos agricultores não tinha acesso às máquinas, evidenciando a distância entre o planejamento governamental e a realidade da atividade agrícola, que permanecia marginalizada e limitada. Ao longo do período analisado, essa contradição aparece na documentação de quase todos os interventores.

As mensagens da década de 1950 relatam uma lacuna na dinâmica da agricultura familiar, evidenciando que a deficiência de verba é a principal causa da desordem no Departamento Agrícola. Nas mensagens de Pedro de Almeida Freitas (1951–1952)³, observa-se a caracterização da economia piauiense como essencialmente extrativista, limitada por recursos escassos e pela falta de investimento público.

³ Vale destacar que os anos mencionados correspondem aos documentos originais consultados no Arquivo Público do Piauí, conforme a pesquisa realizada.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por duas ideias que se destacam nas mensagens de governo: a instalação da agroindústria e o processo de urbanização do Piauí. Martins afirma:

O crescimento da demanda urbana de produtos primários e a maior facilidade de comunicação têm significado uma pressão permanente sobre essa agricultura de subsistência no sentido de aumentar sua parte comercializada. No Piauí, entretanto, a agricultura de subsistência, apenas parcialmente, pode responder a esse estímulo. Uma parte do que antes era a alimentação normal da família do lavrador passa a ser comercializada. Por outro lado, a introdução de pequenas inovações tecnológicas, a utilização em pequena escala de alguns serviços e, certamente, a redução da parcela do excedente entregue ao dono da terra (renda) têm contribuído para manter o precário equilíbrio entre o aumento da parte da produção que é comercializada e a manutenção de uma agricultura de pouca produtividade. (Martins, 2003, p. 195)

Desse modo, mesmo diante das transformações estruturais do período, a agricultura familiar piauiense permaneceu marcada pela baixa produtividade, pela escassez de investimentos e pela dependência das condições impostas pelos grandes proprietários, revelando a permanência de um modelo agrário excludente e concentrador. No entanto, os governadores da Ditadura civil militar falam em fomentar a industrialização e expandir a fronteira agrícola. O governo Helvídio Nunes, propaga que aumentou o capital destinado ao setor agrícola, a ampliação da comercialização de insumos, como o arame, e a adoção de medidas voltadas à reorganização administrativa e técnica da produção rural. Destaca-se também a reestruturação da Secretaria de Agricultura e de outros órgãos ligados ao desenvolvimento econômico do estado.

A introdução de maquinário, insumos, agrotóxicos marcam o cenário, impactado pela Revolução Verde.

A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laborató-

rio, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra -conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura (Caldart, 2012, p. 687).

Essa novidade representou uma reconfiguração da economia do Estado, marcando novamente pela ideia de modernização, implantação de máquinas que ajudariam no cultivo e uma maior produção, sem observar o impacto na agricultura familiar.

Nas décadas de 1970 e 1980, as políticas de modernização agrícola alcançaram o Piauí, inserindo o estado no contexto mais amplo da chamada Revolução Verde, mais pelos problemas do que pela dinamização do setor agrícola.

Com a Revolução Verde, o ser humano passou a reduzir a diversidade em vez de aumentá-la. Genes, variedades, sabores, alimentos mantidos por milênios na interação entre cultura e natureza transformaram-se em mercadorias apropriadas pelas corporações. O conhecimento da natureza e a reprodução da vida estão ameaçados pelo processo de dominação e difusão do pacote da chamada agricultura moderna da Revolução Verde (Caldart, 2012, p. 691).

Nos países industrializados, na década de 1950, já se falava na Revolução Verde. A citação leva a reflexão que a expressão “revolução” nem sempre implica resultados considerados inovadores e benéficos. No Piauí, práticas ligadas à Revolução Verde foram divulgadas e incorporadas entre os anos de 1970 e 1980. Nesse período, o governo piauiense intensificou a instalação de maquinário agrícola e buscou modernizar parte do setor produtivo rural. Contudo, vale destacar que a maior parte da população agricultora do estado era iletrada, o que dificultava o acesso às técnicas modernas de cultivo e ao manejo das novas ferramentas agrícolas. Essa limitação contribuiu para a exclusão dos pequenos produtores do processo de modernização, mantendo-os à margem das transformações promovidas pela Revolução Verde.

Nos anos de 1980 e seguintes, a expressão agricultura familiar se intensifica no jargão político e econômico do Brasil, não mais como uma atividade de subsistência, mas como uma atividade de negócios com fim de gerar lucros. Esse novo cenário impactado pela Revolução Verde, representou uma reconfiguração da economia no Estado, marcado pela modernização, implantação de máquinas que ajudariam no cultivo e uma maior produção. Com o avanço da Revolução Verde, estamos assistindo o declínio da agricultura familiar como se desenvolveu ao longo dos séculos, uma forma de cultivo para atender as necessidades do lavrador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as mensagens governamentais permitiu visualizar uma história que ainda precisa de pesquisadores, a história da agricultura familiar, de suma importância para compreender o aspecto do funcionamento das comunidades rurais do Piauí. Apesar do discurso oficial e toda a história voltar-se à pecuária como centro da economia. Foi a roça, os quintais de casa, a coleta vegetal e a criação de pequenos animais de terreiro que garantiram e garantem até os dias atuais a subsistência de milhares de famílias.

Além disso, foi possível compreender os fatores que historicamente marginalizaram a agricultura familiar, como as secas prolongadas, queimadas, solos inférteis, pragas e, sobretudo, a ausência de políticas públicas eficazes. Esses elementos contribuíram para a construção de uma imagem de fragilidade e instabilidade. No entanto, em contraposição a esse discurso, a agricultura familiar manteve-se viva, resistindo e reafirmando sua importância socioeconômica.

Mesmo diante da invisibilidade a agricultura familiar se coloca em lugar de resistência. Essa resistência é, em si, uma forma de permanência e afirmação identitária que revela o valor da terra, do trabalho e das tradições camponesas piauienses. Sua resistência diante da negligência governamental e da invisibilidade historiográfica demonstra que ela não apenas sobreviveu, mas se consolidou como uma prática fundamental

para comunidades rurais. Conclui-se, portanto, que a agricultura familiar desempenha um papel histórico estruturante da vida social, cultural e econômica do Piauí.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil”. **RURIS** (Campinas, Online), v. 1, n. 1, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. “A comunidade e a comunidade tradicional”. **CAMPO-TERRITÓRIO**. Revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA, p. 1-23, 2014.

CALDART, Roseli S. (org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Livraria QUATRO ARTES Editora, 1970.

FREIRE, Adriana Galvão et al. No arredor de casa, os animais de terreiro. **Revista Agriculturas**, v. 2, n. 4, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2007.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro, 1959.

KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petronio Portela, 1986.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. **Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: CEPRO, 2003.

MOTTA, Márcia (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica”. **Varia História** 28 (2012): p. 755-780.

PIAUI. Poder Executivo. **Mensagens de Governo**. Arquivo Público do Piauí.

SILVA, José Graziano da. **O que é fome**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Ser e viver enquanto comunidades tradicionais”. **Mercator**, v. 11, n. 26, p. 109 a 120, 2012

QUEIROZ, Teresinha. **Economia Piauiense: Da pecuária ao extrativismo**. 3ª edição. Teresina: EDUFPI, 2006.

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



Avanços e Desafios da Regularização Fundiária

APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



Investindo nas populações rurais

REALIZAÇÃO



45 ANOS
INTERPI
INVESTINDO TERRA DE OPORTUNIDADE



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

LESTU
Editora